

Desigualdade e Discurso: Racismo na Cobertura sobre Titulação de Territórios Quilombolas¹

Girley Vieira da Silva²
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Resumo

O racismo ainda é uma prática presente na sociedade brasileira. Parcelas da população que têm menos acesso ao poder e a direitos costumam sofrer com mais intensidade os impactos dessa prática, sobretudo minorias como as comunidades remanescentes de quilombos, cuja história é intrinsecamente relacionada ao processo de escravização de povos africanos no país. Partindo desses pressupostos, este artigo – por meio do emprego da abordagem sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) – analisou o discurso produzido pelo jornal *A Gazeta* sobre a titulação de territórios quilombolas, tendo identificado a construção de uma semântica global desfavorável aos quilombolas no *corpus* analisado (os títulos dos textos publicados pelo jornal sobre o tema em 2007).

Palavras-chave: Quilombolas; Racismo; Imprensa; Análise Crítica do Discurso.

Introdução

Embora o nível de consciência de que o racismo é um mal à sociedade e de que deve ser combatido tenha aumentado na última década no Brasil, o preconceito racial ainda persiste na atualidade. Segundo Kabengele Munanga (2005, p. 49): “O racismo é uma prática diária e difundida. Ele é onipresente e forte”.

São múltiplas formas de racismo em nossa sociedade e diversos grupos sociais padecem desse mal. Os efeitos negativos dessa prática nefasta costumam ser aprofundados quando estão envolvidas parcelas socialmente frágeis da população. A partir dessa constatação e considerando o racismo como um “[...] sistema de dominação e desigualdade social” (VAN DIJK, 2015a, p. 33) que deve ser desafiado e combatido, este trabalho optou por observar fenômenos desse tipo relacionados às comunidades remanescentes de quilombos, minoria étnico-racial cuja história está imbricada à escravidão e ao racismo até hoje sofrido pela população negra no Brasil.

E como o racismo não é inato, mas aprendido e reforçado (VAN DIJK, 2008) e os textos veiculados na imprensa sobre as comunidades quilombolas e seus respectivos direitos são uma das principais fontes a partir das quais os membros da sociedade vão se inteirar e

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória, Brasil. E-mail: girleyvs@hotmail.com

formar modelos mentais sobre o tema, torna-se fundamental observar como o discurso da imprensa está organizado. Conforme van Dijk (2015a, p. 32) enfatiza, as formas de racismo socialmente compartilhadas no âmbito da sociedade são produzidas e reproduzidas “[...] de forma conjunta e colaborativa, pelo(s) (coletivo) da sociedade por meio de discursos institucionais do campo da política, das mídias, da educação, do ensino e dos negócios”.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar linguístico-discursivamente as manchetes produzidas pelo jornal *A Gazeta*, em 2007, sobre a titulação de territórios quilombolas tendo como base teórico-metodológica a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), especificamente a perspectiva sociocognitiva de van Dijk (2008, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b) em diálogo com estudos sobre o racismo, sobre as comunidades quilombolas e sobre a mídia.

E como a ACD tem como foco principal de pesquisa observar “[...] como o abuso do poder e a desigualdade social são promulgados, reproduzidos, legitimados e resistem no texto e na fala no contexto social e político” (VAN DIJK, 2016a, p.19), pretende-se com esta pesquisa identificar se há no discurso do jornal distinção no tratamento dado aos envolvidos no embate relacionado ao artigo 68³ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

A opção pelo background teórico da ACD a partir de van Dijk justifica-se pela aproximação axiológica dos objetivos desta pesquisa com os preceitos desse paradigma de pesquisa, sobretudo por diferenciar-se da postura determinista na observação dos fenômenos – como ocorre em algumas perspectivas da Análise do Discurso francesa, por exemplo. A ACD torna-se um boa opção para esta análise também em função da relevância dada a questões de ordem social, cultural e cognitiva que costumam ser ignoradas por correntes estruturalistas.

Em termos de organização metodológica – considerando a multidisciplinaridade e as várias possibilidades de interfaces conceituais e ferramentais de observação no âmbito da ACD – este trabalho utilizará especificamente como categorias para análise dos títulos duas estruturas do discurso, quais sejam: a *semântica global* e a *seleção lexical*.

Visando a atender os objetivos aqui pretendidos, organizamos este trabalho em quatro seções, além da introdução e das considerações finais: na primeira, abordamos, nesta ordem, questões relacionadas ao racismo, à ideologia e à cognição; na segunda, apresentamos uma contextualização da questão quilombola e os embates presentes no processo de titulação de

³ “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

seus territórios; na terceira, abordamos aspectos relacionados ao campo do jornalismo e a relação com as minorias; e, na quarta, efetivamos a análise do *corpus* desta pesquisa.

Racismo, ideologia e cognição

Como a temática ora abordada enseja debates ainda baseados em pontos de vista antagônicos, torna-se importante delimitar o conceito de racismo para esta pesquisa, o qual coaduna com a definição estabelecida no documento oficial da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU/1966) sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Para essa entidade, racismo significa

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (ONU, 1966).

Van Dijk (2016b, p. s18) explica que o racismo, como uma forma de dominação social, pode ser descrito a partir de duas dimensões principais, quais sejam: “[...] representações socialmente compartilhadas (atitudes preconceituosas) [...]” e “[...] práticas sociais específicas de tratamento ilegal (discriminação) [...]”. Destaca-se o papel desempenhado pela primeira dimensão na reprodução de estereótipos por meio de discursos racistas.

Peculiarmente marcado por relações desiguais do ponto de vista étnico e racial, somente na história recente o Estado brasileiro promoveu alguns avanços em políticas destinadas à promoção da igualdade racial, chegando a criar, em 2003, uma secretaria com status de ministério para coordenar ações nesse sentido no âmbito federal. Em função disso e da intensificação do debate sobre o tema no espaço público, pode haver a falsa sensação de que esse problema foi ou está sendo superado por aqui. Porém, ainda prevalecem muitas formas de racismo no país, especialmente aquele tipo que não é percebido como tal por boa parte da sociedade: o preconceito dissimulado.

A crença sobre a não existência de racismo no Brasil é reforçada até os dias de hoje por discursos produzidos em diferentes contextos. Exemplos relevantes não faltam, como o caso do diretor da maior e mais influente rede de comunicação do Brasil que lançou um livro com o título “Não somos racistas”, ou o caso de um eventual candidato à eleição presidencial deste ano que afirmou recentemente: “Aqui no Brasil não existe isso de racismo” (UOL, 29/06/2018). Além de resistir, o racismo tem sido negado e considerado uma acusação

absurda. Segundo Tean van Dijk (2008), isso ocorre devido ao processo de naturalização da questão promovido no seio da própria sociedade:

As desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras em sociedades tradicionais, em que todos os grupos tinham seu lugar e papéis próprios, pareceram tão “naturais” que a ideia de dominação racista foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é – como um acusação absurda (p.13).

A naturalização do racismo no Brasil pode ser relacionada de forma especial à criação do mito da “democracia racial”, sobretudo em função desse ponto de vista equivocado ter sido aceito e disseminado ao longo do tempo por atores que ocupavam posições relevantes na sociedade brasileira – a elite simbólica⁴. Florestan Fernandes (2015) destaca, especialmente, o papel desempenhado por importantes escritores brasileiros, como Gilberto Freyre, que influenciou uma geração inteira e contribuiu para a consolidação desse mito.

Fernandes (1989) explica que os mitos são criados para esconder uma verdade, sendo eles mesmos responsáveis por nos oferecer ângulos privilegiados dessas realidades que determinadas sociedades ou civilizações tentaram dissimular. Para o autor, os idealizadores do mito da democracia racial triunfaram em seu objetivo de inserir essa perspectiva no âmago do pensamento social geral desta nação.

Academicamente, o contraponto a esse mito só começou a ser produzido a partir de um projeto de pesquisa proposto pela Unesco, em 1951, com o objetivo de conhecer a realidade racial brasileira. Essa instituição trabalhava com a hipótese de que o Brasil representava um caso neutro de manifestação de preconceito racial, pretendendo apresentar nosso “modelo” ao mundo como referência para a pacificação de problemas semelhantes vivenciados por outras nações. Um ledor engano.

O grupo de pesquisadores responsáveis por conduzir os trabalhos, composto por importantes nomes das ciências sociais como o próprio Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros, ao confrontar a realidade em diferentes regiões do país descobriu um cenário bem diferente daquele esperado pela Unesco e propagado no imaginário social nacional: não éramos – e ainda não somos – um espaço privilegiado de convivência harmônica e igualitária em termos de raça e etnia. Algumas peculiaridades do caso brasileiro, como a miscigenação por exemplo, ajudaram a reforçar essa falsa versão da realidade nacional (FERNANDES, 2015).

⁴ Para van Dijk (2016b), o poder social possui duas bases principais, uma material e outra simbólica. A elite simbólica – que em muitos casos também detém a base material do poder – tem o acesso preferencial e o controle sobre o discurso público – aquele capaz de alcançar a maior parcela da sociedade. Esse grupo privilegiado da sociedade é composto por políticos, jornalistas, juízes, professores, empresários, cientistas etc.

Importante ressaltar que a ideologia⁵ que orienta as práticas racistas que persistem no Brasil até os dias de hoje originou-se na Europa do Século XV. A invenção da supremacia branca teve como objetivo justificar as expansões econômicas e territoriais daquele continente por meio da dizimação e escravização dos “Outros”. O racismo baseado em diferenças biológicas ou étnicas consolidou-se ao longo dos anos como uma ideologia elaborada tendo como fonte inicial a ciência. Embora tenha começado a partir do Século XV, essas crenças ganharam status de teoria após a revolução industrial: “Desde o século XV, milhões de páginas em tratados, ensaios, monografias, teses, etc., foram escritas para sustentar o insustentável: o racismo como uma prática necessária e justificável” (MUNANGA, 2005, p. 42). Produto das culturas humanas, o racismo foi transformado em recurso ideológico para dar legitimidade à dominação de uns sobre os outros, especialmente no Brasil onde minorias foram dizimadas e colocadas à margem.

A compreensão do racismo como recurso ideológico ou como uma “[...] arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros [...]” (MUNANGA, 2005, p.18) pressupõe também o seu caráter cognitivo. Ou seja, a reprodução e a disseminação dessa prática ocorre por meio de interações que contribuem para a formação de modelos mentais a partir dos quais os indivíduos passam a representar, a orientar suas atitudes e pensamentos e a (re)produzir discursos sobre os negros e minorias étnico-raciais. Assim, o racismo como fenômeno social impactado pela cognição pode ser definido como um complexo de dominação racial que é diariamente reproduzido e alimentado por práticas discriminatórias que são baseadas e controladas a partir de “[...] modelos mentais pessoais etnicamente desequilibrados e ideologias e preconceitos socialmente compartilhados [...]” (VAN DIJK, 2016a, p. 32).

Sob esse prisma, pode-se afirmar que a maioria das pessoas aprende a ser racista em função da existência de formas de texto e fala em uma ampla variedade de eventos comunicativos, ocupando o discurso um papel central nesse processo:

A maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam saber sobre a etnia dos Outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá ideologias dominantes que os legitime (VAN DIJK, 2008, p. 15).

⁵ Ideologia, para este trabalho, representa um sistema de ideias que possuem propriedades sociocognitivas e sociais que vão direcionar atitudes de grupos em relação a determinados aspectos da vida social. As ideologias refletem o núcleo cognitivo da coletividade social (VAN DIJK, 2015b, 2016b).

É nesse ponto de interseção entre reprodução ideológica e formação de modelos mentais que a abordagem sociocognitiva empregada por Van Dijk (2016a) pode colaborar para a compreensão dos efeitos produzidos por discursos veiculados na imprensa sobre os quilombolas, pois esse paradigma de pesquisa pressupõe uma interface cognitiva e uma base social constituída por representações mentais social e culturalmente compartilhadas (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores) para descrever e explicar as diversas propriedades do discurso.

Nessa esteira, com o objetivo de compreender as nuances sobre a história das comunidades quilombolas, na próxima seção abordaremos o direito ao território e os embates vivenciados por esse grupo nesse processo.

Em busca de reconhecimento

A história “oficial” da escravidão no Brasil, que foi amplamente difundida em diversas formas de comunicação – inclusive via sistema educacional –, criou paradigmas equivocados sobre os negros no país. Segundo João Bernardo da Silva Filho e Andreza Lisboa (2012), foram construídos discursos históricos que destacaram aspectos negativos dessa população, especialmente a postura passiva de quem aceitava sem reagir à condição degradante imposta.

Pode-se inferir, com base nessas considerações, que a representação também negativa e esvaziada dada ao sentido de quilombo possui diversas interseções com a narrativa sobre o negro e a escravidão no Brasil. Sob o olhar das mesmas lentes que distorceram a identidade do negro escravizado, os quilombos foram retratados como uma espécie de monumento cultural exótico que ajudava a compor, no imaginário das classes dominantes, o mito da democracia racial (OLIVEIRA, 2016). Na verdade, ao contrário do que permeia ainda o pensamento vigente no senso comum de parte da sociedade brasileira, os quilombos não estavam isolados e desconectados do tecido social. Existindo desde o início do processo de escravização no Brasil como forma de luta, resistência, organização social e constituição de identidade cultural, essas estruturas mantinham relações com as estruturas socioeconômicas ao seu redor ou nas senzalas.

No Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu em diversas partes da América onde houve escravidão, os escravizados reagiram a essa condição e promoveram movimentos políticos em busca da autonomia. O resultado desse processo, segundo Oliveira (2011, p.

142), foi o surgimento de “[...] diversos agrupamentos [...] que vêm retomando e transmitindo memórias, saberes e referências culturais, para demarcar modos de vida comunitários em seus territórios”.

Não há dados precisos sobre o números de quilombos que existiram e a quantidade de comunidades remanescentes que permanecem estruturadas até o presente – os dados de fontes oficiais, sociais ou acadêmicas divergem em termos quantitativos. Contudo, independente dos números, o fato é que a permanência dos quilombolas no estado sempre foi instável. Dos riscos de ataques das tropas a mando dos senhores antes da abolição às políticas econômicas desenvolvimentistas do país, os territórios onde estavam localizados os quilombos sempre estiveram ameaçados.

A política agrária nacional, que teve como “diretriz” a marginalização dos escravizados de forma institucionalizada por meio do sistema de comercialização das terras implantado a partir de 1850, resultou na expulsão de boa parte dos remanescentes dos quilombos de seus territórios (OSÓRIO; BRAVIN; SANTANNA, 1999). Somado a isso, a política migratória com foco no embranquecimento deu o contorno final à estrutura agrária capixaba e excluiu a população negra e seus descendentes definitivamente do processo:

Essa prática governamental de expropriação de terras de comunidades negras e quilombolas para entregá-las aos imigrantes europeus nas regiões sul e serrana e depois às empresas de monoculturas de eucaliptos e cana-de-açúcar perdurou até a década de 1980, sobretudo nas terras das comunidades quilombolas e indígenas do mesmo estado. As ideologias das expropriações afirmavam existirem vazios demográficos nas regiões das terras dessas comunidades (OLIVEIRA, 2011, p. 149).

Foram mais de 100 anos a partir da “abolição” aguardando o reconhecimento do Estado brasileiro em termos de legislação que abarcasse direitos. Porém, a inserção do Art. 68 na CF e a edição de outros instrumentos normativos sequer foram suficientes para a consolidação desse direito. Das cerca de três mil comunidades quilombolas espalhadas pelo país, segundo dados do órgão responsável pela execução dessa política pública (Incrá), apenas pouco mais de 150 obtiveram a titulação de suas áreas.

E mesmo sem os direitos dos povos quilombolas terem sido concretizados, somente a possibilidade de modificação na estrutura social e fundiária foi suficiente para a reação dos grupos ideologicamente contrários a essa política afirmativa. E apesar das disputas territoriais não serem recentes, pode-se afirmar que o início dos processos de delimitação e titulação de territórios quilombolas no estado promoveu o acirramento desse conflito, como pode ser percebido a partir da intensificação da cobertura midiática sobre o tema em 2007 – ano em

que o Inbra passou a notificar proprietários rurais e empresas para ciência sobre os processos em andamento que poderiam culminar na desapropriação de áreas ocupadas pela iniciativa privada. E é a partir dessa cobertura, especificamente do jornal aqui selecionado, que as seções seguintes, respectivamente, pretendem discutir o papel da imprensa nesse processo e analisar o discurso produzido.

A imprensa e as minorias

Em “Opinião Pública”, Walter Lippmann (2008) descreve o poder do jornalismo a partir da constatação de que a maior parte das informações das quais dispomos sobre mundo é intermediada por terceiros: “Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e a seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance” (2008, p. 28).

A partir dessa consideração, infere-se que o exercício do poder está intimamente ligado às práticas comunicacionais e, conseqüentemente, à produção e disseminação de discursos. Para Manuel de Castells (2015), a mídia seria o espaço com maior potencial de atingir e mudar a sociedade.

Nessa esfera, um campo em especial merece destaque ao tratarmos da propagação de discursos sobre as minorias – o campo do jornalismo –, pois, além de possuir condições peculiares de promoção de ideologias esse campo tem ainda priorizado as perspectivas do capitalismo de mercado – como o consumismo, o individualismo e a competição, em detrimento das culturas e saberes tradicionais (MORAES, 2013).

Outro autor que aponta a desigualdade no aspecto discursivo desse campo é André Ricardo Nunes Martins (2016). Para ele, a grande imprensa dá tratamento diferenciado aos grupos étnicos minoritários, colaborando no fortalecimento e na reprodução do racismo estrutural na medida em que

[...] não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-os sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc. Sendo a mídia em geral e a imprensa em particular uma arena de luta política de primeira grandeza, as minorias estão em desvantagem no processo de participação política (p. 30).

E o jornal de onde foi extraído o *corpus* desta análise está inserido nessa dinâmica comunicacional. Assim, torna-se importante para esta análise uma breve contextualização desse veículo. O jornal *A Gazeta*, mais antigo jornal em circulação no estado do Espírito

Santo, foi fundado em 1928. Sua história registra uma intensa relação política, tendo os seus proprietários desde o início marcado presença no campo político (MARTINUZZO, 2005).

O controle acionário do jornal está nas mãos da família Lindenberg desde 1949. A partir do jornal impresso, a família construiu um conjunto de 20 negócios na área de comunicação desse grupo empresarial, entre eles quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo. Circulando em todo o Espírito Santo, parte da Bahia e de Minas Gerais e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o jornal *A Gazeta* “discursa” para um público preponderantemente formado pelas classes A, B e C e adota, por esse motivo, uma linha mais conservadora, tanto na forma quanto no conteúdo (Ibidem, 2005).

Os dados empíricos para análise neste artigo foram obtidos do *córpore*⁶ que vem sendo utilizado na pesquisa que desenvolvemos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Poscom-Ufes). Desse universo de dados foram selecionados somente os títulos dos textos publicados pelo jornal no ano de 2007 – espaço temporal que concentra a maior ocorrência de pautas relacionadas ao tema em questão, os quais estão sistematizados no quadro a seguir e serão objeto de análise na próxima seção.

Nº	Título	Data
1	Terrenos privados viram área quilombola	21/01
2	Áreas de quilombos são disputadas	21/01
3	Mais problemas	27/02
4	Produtores vão receber em dinheiro por terras	11/03
5	Comunidades têm áreas reconhecidas	11/03
6	Áreas de quilombos provocam disputas em São Mateus	27/05
7	Proprietários lutam por terras em São Mateus	27/05
8	Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas	31/05
10	Incra não vai demarcar centro	01/06
11	Mais ao Norte, ocupação por quilombolas	26/07
12	Terras de produtores ameaçadas no Norte	05/08
13	Produtores podem perder terras para quilombolas	05/08
14	“Só vamos sair mortos”	05/08
15	O impasse	05/08
16	Processo de desapropriação ainda tramita no Incra	05/08
17	Produtores rurais do Norte fecham a BR 101	05/08
18	Aracruz versus quilombo	09/05
19	Acampamento quilombola é desmontado	12/08
20	Falsos quilombolas	28/08
21	Audiência na Assembléia hoje	12/09
22	O campo reage	09/11
23	Produtores fazem carreata até Vitória	09/11

Quadro 1 – Títulos de textos publicados sobre Titulação de Territórios Quilombolas em *A Gazeta* (2007)

⁶ Esse *córpore* foi contruído por meio do levantamento de todas as ocorrências de textos publicados entre os anos de 1988 (ano da promulgação da CF) e 2017 (ano em que o pesquisador realizou o levantamento dos dados). Por meio do uso do *software The Shell*, sistema de busca que gerencia todo banco de dados digitalizados, com o empregado de palavras-chave e suas respectivas variações de gênero na busca (quilombo, quilombola, remanescente, escravo, escravizado e negro), identificou-se 49 ocorrências no período pesquisado.

Análise do corpus

A semântica global – principal estrutura que será objeto de análise neste artigo – está representada em todos os níveis constitutivos do discurso. Ou seja, há desdobramentos dessa “matriz geral de sentido e significação” nas demais estruturas do discurso, as quais são impactadas pela *carga da semântica global*.

Como categoria de análise e/ou conceito no âmbito da ACD aqui empregada, a Semântica Global está relacionada à observação de como os significados estão organizados em todas as dimensões do discurso, bem como à identificação das artimanhas utilizadas pelos atores sociais na construção dos textos.

Van Dijk (2017a, p. 137), em *Discurso e Poder*, usa a expressão *significado global do discurso* para caracterizar a semântica global, chamando a atenção para a importância do estudo dos tópicos na compreensão dessa questão. No livro *Contexto e Discurso*, por sua vez, o autor refere-se ao conceito como um assunto “[...] de nível mais elevado [...]” (VAN DIJK, 2017b, p. 259), pois tem capacidade de impactar os modelos mentais.

Uma das premissas fundamentais para o exame da semântica global é que todo discurso é conceitualmente organizado por macroproposições semânticas, que são construídas por meio das macroestruturas organizadas a partir de tópicos e temas inseridos no discurso. Van Dijk (2016b, p. s25) destaca que “[...] muito do controle é contextual e tópico [...]”. Assim, o controle e a seleção dos tópicos (macroestruturas semânticas) serão responsáveis por determinar um conteúdo global do discurso: “[...] essas macroestruturas são também aqueles sentidos gerais mais lembrados pelos leitores” (VAN DIJK, 2016b, p. s23).

Os gêneros jornalísticos, em função das estruturas típicas desses textos, conseguem enfatizar de forma mais clara essas macroestruturas, pois elas aparecem e são destacadas em formas de títulos, subtítulos, chapéus, olhos, legendas, entre outros elementos de destaque próprios desses gêneros. Este fato justifica a seleção dos títulos como objetos representativos das macroestruturas semânticas do discurso do jornal a ser aqui analisado.

O controle do tópico do discurso é um elemento importante para o exercício ou abuso do poder na produção de um discurso. Portanto, é imprescindível identificar quem controla a fala, a cena, os participantes, entre outros elementos importantes do contexto discursivo. Em textos jornalísticos, embora seja dado espaço a outros atores sociais, quem detém o controle é o jornalista. Nessa esteira (VAN DIJK, 2017a, p.122):

No nível global do discurso, os tópicos podem influenciar o que as pessoas veem como a informação mais importante da escrita e da fala, e assim fazer

correspondência com os níveis superiores de seus modelos mentais. Por exemplo, *expressar um certo tópico na manchete do jornal pode influenciar poderosamente a maneira como um evento é definido em termos de modelo mental preferido* (por exemplo, quando um crime cometido por minorias é tipicamente topicalizado e objeto de manchetes jornalísticas).

Outra estrutura do discurso relevante para a análise no âmbito da semântica global é composta pelos tipos de descrição global, os quais são representados pela estratégia do quadrado ideológico. Essa estratégia – uma espécie de polarização – é definida por Van Dijk (2017a) como um instrumento importante para o controle do discurso e da mente. Ela funciona por meio da oposição entre “[...] grupos básicos das ideologias subjacentes: enfatizando nossas coisas boas, enfatizando suas coisas ruins, mitigando nossas coisas ruins e mitigando suas coisas boas [...]” (VAN DIJK, 2016a, p. 29). A verificação do emprego do quadrado ideológico para análise da presença do racismo em textos jornalístico pode ser interessante, pois:

Apesar da sutileza e da complexidade do discurso racista, os princípios organizadores globais desse discurso são muito simples e similares em qualquer tipo de discurso de base ideológica:

- enfatizam os aspectos positivos de Nós, do grupo de dentro;
- enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;
- não enfatizam os aspectos positivos do Eles;
- não enfatizam os aspectos negativo do Nós (VAN DIJK, 2008, p.18).

Passamos, agora, à análise do *corpus*, iniciando a observação a partir das macroposições semânticas concretizadas nos títulos. Entre os 23 títulos/manchetes produzidos para discursar sobre a titulação de territórios quilombolas, em 74% dessas proposições foram empregados tópicos e temas que remetem a aspectos negativos e/ou conflitivos em: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23.

Em alguns dos textos analisados, o posicionamento do ator social responsável pelo texto é direto, havendo de juízo de valor em relação à questão, como em: *Mais problemas(3)*, *O impasse(15)* e *Falsos Quilombolas(20)*.

Reforça o enquadramento negativo e conflitivo sobre o direito das comunidades a estratégia de seleção lexical empregada pelo ator social responsável pela construção do texto. Esse artifício é considerado um recurso retórico fundamental no âmbito do discurso, pois opera por meio da escolha de palavras estrategicamente colocadas no texto para transmitir determinadas cargas semânticas capazes de reforçar aspectos sobre os quais o discurso fala:

A seleção lexical é outro recurso retórico de grande importância. É através dela que se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no

texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos. Perlman (1970) ressalta que a escolha dos termos raramente se apresenta despida de carga argumentativa. Em todo e qualquer discurso particular, só se pode falar, por exemplo, em sinonímia, levando-se em conta a situação de conjunto na qual o discurso está inserido e as convenções sociais que o regem (KOCH, 1999, p. 156).

Assim, o uso de vocábulos (e/ou suas variações e derivações) como *disputa* (2 e 6), *problema* (3), *luta* (7), *revisão* (8), *ocupação* (11), *ameaça* (12), *perda* (13), *morte* (14), *impasse* (15), *desmonte* (19) e *reage* (22) na construção dos títulos reforçam e enfatizam os aspectos negativos e conflitivos nas macroposições semânticas do discurso sobre a titulação dos territórios quilombolas.

Os textos analisados representam e dão voz a basicamente três grupos de atores sociais: a) os atores sobre os quais o direito previsto no art. 68 incide, que são qualificados pelo jornal como *quilombos*, *quilombolas* e *comunidades*; b) as pessoas ou empresas que estão ocupando áreas reconhecidas como territórios de remanescentes de quilombos, que são qualificados como *proprietários*, *produtores*, *agricultores*, *campo* e *Aracruz* (nome de uma das empresas); e c) órgão responsável pela condução da política pública em questão, qualificado como *Incra* (sigla oficial).

Pensando sob a ótica dos tipos de descrição global (estratégia do quadrado ideológico), identificamos que a qualificação dos sujeitos se dá de forma desigual e, em alguns aspectos, distorcida. Os termos usados nos textos colocam em oposição dois sujeitos basicamente: aquele que é dono da terra, produz e é do campo e aquele que ameaça a propriedade privada do primeiro.

Ao qualificar um lado interessado na questão como *produtor*, *proprietário*, *agricultor* e *campo*, o ator social que produziu o texto – em função da carga semântica dessas palavras e dos modelos mentais socialmente compartilhados consolidados no imaginário da sociedade brasileira relacionados a esses vocábulos – ao tempo que privilegia esse grupo dá mais legitimidade aos seus argumentos, pois recorre às representações consolidadas a partir da ideologia para a qual a propriedade privada está acima do interesse público. Além disso, modelos de situação presentes nesse mesmo espectro ideológico para descrever a questão agrária no Brasil indicam que qualquer ameaça à “propriedade privada” representa uma afronta à sociedade. Esses modelos também podem ser identificados em outros textos presentes no discurso público que costumam relatar eventos envolvendo diferentes minorias que atuam em ações reivindicatórias por acesso à terra (sem-terra, indígenas, ribeirinhos e os próprios quilombolas) de forma também distorcida e negativa.

É também muito evidente a polarização produzida pelo jornal entre propriedade privada/produtores e os quilombolas: *Terrenos privados viram área quilombola(1)*, *Só vamos sair mortos(14)*, *O impasse(15)* e *Aracruz versus quilombo(16)*. E justamente partindo-se dessa polarização é possível identificar também o processo de contraste ideológico do *Nós versus os Outros*, a estratégia do quadrado ideológico.

Essa estratégia pode ser reconhecida nos textos no processo de representação positiva de um dos lados (proprietários). Tópicos e temas profícuos que denotam protagonismo, a proatividade e a luta são usados para descrever esses atores: *Produtores vão receber [...](4)*, *Proprietários lutam [...](7)*, *Agricultores do Norte querem [...](8)*, *Produtores rurais do Norte fecham [...](17)*, *O campo reage (22)*, *Produtores fazem carreata [...](23)*.

Na representação dos Outros (os quilombolas) predominam tópicos e temas que carregam carga negativa: *Áreas de quilombos são disputadas(2)*, *Mais problemas(3)*, *Áreas de quilombos provocam disputas em São Mateus(6)*, *Mais ao Norte, ocupação por quilombolas(11)*, *Produtores podem perder terras para quilombolas(13)*, *Acampamento quilombola é desmontado(19)* e *Falsos quilombolas(20)*.

Haveria outros pontos a serem destacados, como as estruturas sintáticas empregadas, a agência (posicionamento) dos sujeitos a partir dos verbos, o silenciamento de questões, como por exemplo o fato dos quilombolas também serem produtores rurais, agricultores e proprietários de áreas com forte tradição na comercialização de derivados da mandioca, na prática da agricultura orgânica, entre outras características apagadas nos textos analisados. Mas essa análise mais ampliada demandaria um espaço maior e poderá ser feita, posteriormente, no decorrer da realização da pesquisa que desenvolvemos no Poscom-Ufes.

Considerações finais

Observando a semântica global produzida pelos atores sociais que construíram os discursos analisados, no nível dos significados globais, tópicos e temas percebemos que é atribuído à titulação de territórios quilombolas um aspecto negativo, problemático, o que pode induzir à criação de modelos mentais contrários ao direito dessa minoria. Conforme explica van Dijk (2008, p. 19)

As formas usadas pelos discursos dominantes para enfatizar as características negativas dos grupos étnicos de fora tornam-se problemáticas especialmente quanto a seus possíveis efeitos nas mentes dos receptores. É verdade que os textos não têm um efeito automático sobre as opiniões dos leitores – principalmente porque [...] muitos leitores podem resistir às interpretações sugeridas pelo discurso racista –, mas, sob condições especiais, essa influência pode ser penetrante.

Além disso, observando a estratégia do quadrado ideológico, tanto pelo controle do tópico como pela seleção de temas e as escolhas lexicais direcionadas a cada um dos lados interessados, foi possível identificar um tratamento discriminatório em relação aos sujeitos sobre os quais recai o direito previsto no artigo 68 da CF.

Mais do que ressaltar como as macroestruturas construídas pelos jornalistas foram tendenciosas, favorecendo um dos lados envolvidos na polarização apresentada, o desafio imposto a esta pesquisa foi também o de demonstrar como os discursos construídos – geralmente caracterizados somente como uma cobertura parcial da imprensa – podem (e devem) também serem vistos como um dos tipos de racismo que ainda persistem e são negados no Brasil: aquele relacionado à [re]produção de representações socialmente compartilhadas em forma de atitudes preconceituosas sobre minorias étnico-raciais como as comunidades remanescentes de quilombo.

A partir do que foi construído nesta análise, o racismo não acontece somente quando ocorre tratamento ilegal em forma de discriminação em virtude da cor da pele ou raça das pessoas. E, principalmente, porque a prática do racismo resiste quando elites simbólicas, como jornalistas, colaboram à consolidação e disseminação de modelos mentais cognitivos que promovem a distinção, a exclusão, a restrição ou a preferência baseada em raça, cor ou origem nacional ou étnica, como os casos aqui analisados.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

CASTELLS, Manuel de. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2015.

_____. **O significado do protesto negro**. SP: Cortez, 1989.

FILHO, João Bernardo da Silva; LISBOA, Andrezza. **Quilombolas: resistência, história e cultura**. São Paulo: Ipeb, 2012.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. SP: Cortez, 1999.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Imprensa, minorias e análise do discurso: um espaço de construção da democracia. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília, v. 17, n. 2, 2016. p. 26-42. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1244>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Capixaba, 2005.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/BID/Unesco, 2005.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. (Org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

_____. Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Revista do Centro de Estudos Rurais (RURIS)**. Campinas, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469/986>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU/1966) sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial**. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana; SANTANNA, Leonor de Araújo. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

RAMOS, Gabriela. “Aqui no Brasil não existe isso de racismo”. **UOL**, São Paulo, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

VAN DIJK, Tean A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2017b.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS (Letrônica)**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s08-s29, 2016b. Disponível em: <<https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. Análise crítica do discurso. Tradução de Raquelli Natale, Micheline Mattedi Tomazi e Lúcia Helena Peyronton da Rocha. In: TOMAZI, M. M. *et al.* (Org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota, 2016a, p. 19-42.

_____. Ideologia. Tradução de Pedro Theobald. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. esp., p. 53-61, dez. 2015b.

_____. Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.